

PRONÚNCIA

Impeachment da presidente Dilma Rousseff será discutido no Senado com Lewandowski

Agência Brasil

Dividindo as atenções com os Jogos Olímpicos do Rio, começa hoje no plenário do Senado, a fase de pronúncia, a segunda do processo de impeachment contra a presidente afastada Dilma Rousseff. As regras foram definidas entre senadores e o presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Ricardo Lewandowski, que vai presidir a sessão.

Prevista para começar às 9h, a cada quatro horas haverá intervalo de uma hora. O presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), abrirá a sessão e passará o comando a Lewandowski.



Dilma: julgamento dia 25.

No primeiro momento, o ministro responderá às questões de ordem que deverão ser apresentadas em até cinco minutos apenas por senadores. Os parlamentares contrários à questão de ordem também terão cinco minutos para se manifestar. O passo seguinte é a leitura de um resumo do parecer elaborado pelo senador Antonio Anastasia (PSDB-MG). Em seguida, cada um dos 81 senadores poderá, em até dez minutos, discutir o relatório.

Encerrada essa etapa, já na madrugada de quarta-feira (10) os autores da denúncia contra Dilma Rousseff terão até 30 minutos para reforçar seus argumentos. Em seguida, pelo mesmo tempo, será a vez de o advogado de defesa, José Eduardo Cardozo, subir à tribuna do Senado para fazer as suas alegações.

VOTAÇÃO

A partir daí, os senadores começarão a se organizar para a votação. Assim, o painel de votação poderá ser aberto cinco vezes, uma para um dos quatro decretos que ampliaram a previsão de gastos no orçamento.

Na manhã de amanhã, ao final dos encaminhamentos, os senadores poderão votar, por meio do painel eletrônico. Para tornar Dilma Rousseff ré e levá-la a julgamento são necessários votos de metade mais um dos senadores presentes à sessão (maioria simples). Desde que o processo chegou ao Senado, o presidente da Casa, Renan Calheiros, disse que não pretende votar.

Julgamento final ainda em agosto

Caso o parecer não atinja o mínimo de votos necessários, o processo é arquivado e a presidenta afastada retoma o mandato. Mas, se tiver apoio da maioria simples dos votos, a denúncia segue para julgamento final. A acusação terá até 48 horas para apresentar o chamado "libelo acusatório" e um rol de seis testemunhas. Na prática, o documento consolida as acusações e provas produzidas.

Os autores da denúncia, os

juristas Miguel Reale Júnior, Hélio Bicudo e Janaína Paschoal, já adiantaram que entregarão o libelo acusatório em 24 horas.

A defesa terá então 48 horas para apresentar uma resposta, a contrariedade ao libelo, e também sua lista com seis testemunhas. José Eduardo Cardozo, advogado de Dilma, já disse que usará todo o prazo.

Todo o processo será encaminhado ao presidente do

Supremo que, respeitando um prazo mínimo de dez dias, poderá marcar a data para o julgamento e intimar as partes e as testemunhas.

O presidente do Senado defende o início da fase final no dia 25 de agosto e que o julgamento, que pode durar até uma semana, não seja interrompido nem no fim de semana. A data será fixada por Ricardo Lewandowski, somente após a fase de pronúncia, se for o caso. (ABr)

ARTISTAS NA CAUSA

Celebridades visitam juiz Sérgio Moro

Felippe Aníbal



Piovani, Fagner e Fasano apoiam Lava Jato. Suzana: frases polêmicas.



Antônio More

Uma comitiva de celebridades visitou, na tarde de ontem, o juiz federal Sergio Moro, responsável por julgar os processos da Operação Lava Jato. O grupo formado pelos atores Lucinha Lins, Victor Fasano, Luana Piovanni e Suzana Vieira e pelo cantor Raimundo Fagner manifestou apoio à campanha "Dez Medidas Contra a Corrupção", que pretende propor um projeto de lei que apertaria o cerco e ampliaria a punição a corruptos e corruptores.

As celebridades foram recebidas no gabinete do magistrado e levaram um pen-drive com mais de 50 assinaturas de outros artistas brasileiros. Após o encontro com Moro, o grupo desceu à porta do prédio da Justiça Federal, onde cerca de 50 manifestantes que vestiam verde e amarelo bradavam palavras de ordem em defesa da

Lava Jato.

"Somos mais de 50 atores, apoiando as 'Dez Medidas Contra a Corrupção', apoiando a Operação Lava Jato e nos colocando à disposição para qualquer ação nesse sentido, que acabe com a corrupção e desmandos nesse país que todos amamos", resumiu Fasano.

A atriz Luana Piovani destacou que a iniciativa é "apartidária" e que a comitiva tem por objetivo "dar cara a esse movimento" que está focado na "consciência cidadã" e não "na torcida por esse ou aquele partido". "Acho que finalmente a gente se cansou de estar em um lugar inerte, de apenas lamentarmos as bandalheiras que fazem com o nosso dinheiro. A gente sabe exatamente das melhores que a gente precisa e a gente sabe que a gente não suporta mais tanta corrupção e

tanto crime de colarinho branco", afirmou.

Fãs

Ao som do Hino Nacional, dedilhado por um guitarrista, os artistas saíram brevemente do prédio da Justiça Federal e acenaram para os apoiadores do juiz Sergio Moro. Fasano e Piovani posaram com adesivos em alusão à Lava Jato. Mais animada, Suzana Vieira ultrapassou o cordão de isolamento e foi até os manifestantes, com quem tirou selfies e gravou vídeos, elogiando o magistrado. Também disparou frases polêmicas: "Eu acho que as pessoas do Norte e do Nordeste não têm conhecimento do que está sendo feito aqui [na sede da Justiça Federal, em Curitiba]. (...) Tem que espalhar isso para o Brasil", disse, em alusão à Operação Lava Jato.

TRIBUNINHAS

OBRAS DE R\$ 1,8 BI

Após analisar as obras paralisadas que gastam menos dinheiro para conclusão, o governo do presidente interino Michel Temer decidiu priorizar 1.519 empreendimentos para reinício imediato, entre eles cerca de 400 creches. Os trabalhos serão retomados em rodovias, quadras esportivas, creches, cidades históricas e aeroportos de pequeno porte. As obras custarão entre R\$ 500 mil e R\$ 10 milhões cada uma. Ao todo, R\$ 1,8 bilhão será gasto nas obras, que envolvem também recursos hídricos, prevenção em áreas de risco e saneamento. A meta é que elas sejam finalizadas até 2018.

CASSAÇÃO

O parecer do Conselho de Ética da Câmara dos Deputados favorável à cassação do mandato do deputado afastado Eduardo Cunha (PMDB-RJ) por quebra de decoro parlamentar foi lido ontem no plenário da Casa. A leitura foi comemorada por alguns parlamentares que pediram que a votação ocorra o mais breve possível.

MÃO NO FOGO

O empresário Walter Torre Júnior, fundador e CEO da W Torre Engenharia, afirmou à Polícia Federal no dia 28 de julho que 'tomou conhecimento' do cartel de empreiteiras que atuava na Petrobras, mas negou que tenha recebido R\$ 18 milhões para que sua empresa, que não fazia parte do conluio, desistisse da licitação do Centro de Pesquisas da Petrobras (Cenpes) em 2008, cujo valor inicial foi de R\$ 850 milhões. Ele disse ainda que 'bota a mão no fogo' pelo diretor de sua empresa Francisco Caçador, que participou da licitação.

REBATEU

O presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Gilmar Mendes, rebateu ontem as críticas do PT e afirmou que não pediu 'a extinção' da legenda. Segundo ele, outros partidos poderão ser alvos de investigação caso tenham se beneficiado de recursos públicos desviados da Petrobras. 'Sem dúvida nenhuma. Esta questão terá que ser colocada a outros partidos, se for o caso', afirmou. Gilmar, no entanto, não respondeu que outras legendas poderiam ser investigadas e disse que novos desdobramentos da Operação Lava Jato, como o acordo de delação premiada dos executivos da Odebrecht, terão que ser analisados futuramente. Nomes como o presidente interino Michel Temer e o ministro José Serra (Relações Internacionais) foram citados.

DEFESA

Em mais um capítulo da mais emblemática queda de braço da Operação Lava Jato, a defesa do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva reafirmou ao juiz federal Sérgio Moro que ele é suspeito para julgar o petista. Em petição de 43 páginas, anexada aos autos da Justiça Federal, em Curitiba, os advogados do ex-presidente alegam parcialidade do juiz da Lava Jato. Lula protocolou duas exceções contra Moro: esta de suspeição e outra de incompetência, em que alega que a investigação contra o petista não deveria ficar na mão do juiz da Lava Jato, uma vez que os supostos crimes não teriam ocorrido no Paraná. A exceção de incompetência provocou uma contundente reação do Ministério Público Federal, chamado a se pronunciar sobre os fatos, que atribuiu a Lula participação no 'esquema criminoso da Petrobras' e benefícios dele.

ASSÉDIO SEXUAL

Deputadas do PT na Câmara entregaram à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, do Ministério Público Federal, uma representação contra o deputado Marco Feliciano (PSC-SP). O documento reúne denúncias de um suposto caso de tentativa de estupro, assédio sexual e agressão contra Patrícia Lélis, jornalista e militante do PSC Jovem, em junho. O documento se baseia em informações da imprensa. Erika Kokay (DF) explicou que o objetivo das parlamentares é intensificar a apuração da denúncia. 'Não queremos ferir qualquer presunção de inocência. Consideramos que denúncias, como essa, não podem ser banalizadas e têm que ser investigadas', afirmou. Além de Erika, também assinaram a representação as petistas Ana Perugini (SP), Luizianne Lins (CE) e Margarida Salomão (MG).

ATAS E EDITAIS

www.parana-online.com.br/ataseeditais

A PREFEITURA MUNICIPAL DE MALLET toma público que fará realizar Licitação sob modalidade PREGÃO PRESENCIAL 041/2016, REGISTRO DE PREÇOS 030/2016 com as seguintes características:
OBJETO: Aquisição de pneus novos e de primeira linha para veículo Citroën pertencente ao Conselho Tutelar deste município.
FORMA DE JULGAMENTO: Menor preço.
ABERTURA DOS ENVELOPES: Dia 24/08/2016 às 09:00 horas.
AQUISIÇÃO DO EDITAL: Estará disponível na sede da Prefeitura Municipal de Mallet/PR, sito a Rua Major Estevão, 180, Centro, em Mallet/PR e no site http://www.mallet.pr.gov.br/Site_mallet/editais.asp a partir da data de 09/08/2016.
INFORMAÇÕES: (42) 3542-1204.

Prefeitura Municipal de Mallet, 08/08/2016.
PAULO SERGIO KURZYDLOWSKI
PREGOEIRO OFICIAL